

# SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>17</b>
<b>1. Cooperação jurídica internacional .....</b>	<b>23</b>
1.1. O Diálogo Internacional como Propulsor da Imprescindibilidade de Cooperação Internacional .....	23
1.2. A Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal .....	32
1.2.1. A Autoridade Central Brasileira .....	36
1.2.2. Os Instrumentos de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal .....	39
1.2.2.1. A Carta Rogatória .....	39
1.2.2.2. A Homologação de Sentença Estrangeira .....	41
1.2.2.3. A Transferência de Execução da Pena .....	42
1.2.2.4. A Equipe Conjunta de Investigação .....	43
1.2.2.5. O Auxílio Direto .....	48
<b>2. A extradição .....</b>	<b>51</b>
2.1. Compreensão do Instituto .....	51
2.2. A Extradicação e o Ordenamento Jurídico Brasileiro .....	60
2.2.1. A Impossibilidade de Extraditar Brasileiros Natos .....	64
2.2.2. A Lei nº 13.445/2017 e a Extradicação .....	68

2.2.3. Sistematização dos Agentes Envolvidos na Extradição e Suas Atribuições .....	71
2.2.3.1. Na extradição ativa .....	71
2.2.3.2. Na extradição passiva .....	72
2.3. A Extradição no Direito Comparado .....	76
2.3.1. A Extradição na Argentina .....	77
2.3.2. A Extradição nos Estados Unidos .....	81
2.3.3. A Extradição na Alemanha .....	84
<b>3. Prisão cautelar para fins de extradição no brasil .....</b>	<b>89</b>
3.1. A ADPF n° 425/DF e as normas que obrigavam a prisão preventiva para tramitação de processo de extradição .....	93
3.2. Diferenças apontadas entre prisão preventiva no processo penal e prisão cautelar para fins de extradição .....	97
3.3. Prisão como condição objetiva de procedibilidade do processo de extradição .....	103
3.4. O princípio da dignidade da pessoa humana, a universalização dos direitos humanos e a prisão cautelar para fins de extradição .....	106
3.5. A Prisão Preventiva Para Fins de Extradição e a Proteção da Infância .....	114
3.6. O Garantismo Penal Compatibilizado com a Cooperação Empreendida por meio da Extradição .....	119
3.7. Análise dos Casos Concretos em Matéria de Extradição .....	124
3.7.1. Estatísticas .....	124
3.7.2. Casuísticas .....	127
3.7.2.1. A Prisão Preventiva para Extradição n° 717 .....	127
3.7.2.2. A Prisão Preventiva para Extradição n° 760 .....	130
3.7.2.3. A Prisão Preventiva para Extradição n° 763 .....	133
3.7.2.4. A Extradição n° 893 .....	135
3.7.2.5. A Extradição n° 1189 .....	137

---

3.7.2.6. A Extradicação n° 1270 .....	138
3.7.2.7. A Extradicação n° 1311 .....	141
3.7.2.8. A Prisão Preventiva para Extradicação n° 780 .....	143
3.7.2.9. A Prisão Preventiva para Extradicação n° 806 .....	144
3.7.2.10. A Extradicação n° 1327 .....	146
3.7.2.11. A Extradicação n° 1424 .....	148
3.7.2.12. A Extradicação n° 1425 .....	149
3.7.2.13. A Extradicação n° 1426 .....	150
3.7.2.14. A Extradicação n° 1428 .....	153
3.7.2.15. A Extradicação n° 1437 .....	154
3.7.2.16. A Extradicação n° 1442 .....	156
3.7.2.17. A Extradicação n° 1443 .....	157
3.7.2.18. A Extradicação n° 1465 .....	158
3.7.2.19. A Extradicação n° 1481 .....	159
3.7.2.20. A Extradicação n° 1482 .....	161
3.7.2.21. A Extradicação n° 1492 .....	162
3.7.2.22. A Extradicação n° 1514 .....	165
3.7.3. Síntese crítica dos processos analisados e perspectivas analíticas .....	167
<b>Conclusão .....</b>	<b>173</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>179</b>
<b>Anexo: indicadores CETPC/DRCI/SENAJUS 2016/2017 .....</b>	<b>203</b>